



EDITAL

Unidade Administrativa de Serviços Gerais – UASG N° 987745

O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, por intermédio do DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 028/2026 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE SRP N° 020/2026	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 29 min do dia 01/07/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 30 min do dia 01/07/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

1. OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados, para atender os eventos das Secretarias Municipais requisitantes.**

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 732.954,28 (setecentos e trinta e dois mil novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos).**

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Secretaria Municipal de Esportes - Ref. 1201 – 19.001.0027.0122.0013.3.3.3.90.39.1.000

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - Ref. 1613 – 44.001.0023.0695.0005.3.3.3.90.39.1.000

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/compras>

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Andrey Rocha dos Santos e equipe de apoio, designados pelo Decreto n.º 1203/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/09/2025.

- **E-mail:** cpl@paranagua.pr.gov.br, andrey.santos@paranagua.pr.gov.br

- **Telefones:** (41) 3721-1810 ramal 2

- **Endereço:** Rua Júlia da Costa, 322, Centro Histórico – CEP 83.203-060, Paranaguá / Paraná

- **O atendimento será feito no horário das 08h30min às 11 h e das 13h30min às 17h59min.**



5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 4.319/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por e-mail indicado no item 3 do Sistema do Pregão Eletrônico ou em campo específico no sítio eletrônico **compras.gov.br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

As respostas ficarão disponíveis no sítio eletrônico oficial www.paranagua.pr.gov.br.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no portal de Licitações no site **<https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>**, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso aos autos via sistema.

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 4.319/2023, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo do lote, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.1.1 Os valores que permanecerem acima (salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto no § 3.º do Art. 81 do Decreto n.º 4.319/2023) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.

2.1.2 O intervalo mínimo entre os valores dos lances deverá ser de **1,00% (um por cento)**.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto no § 3.º do Art. 81 do Decreto n.º 4.319/2023) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I) serão desclassificadas.”

3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo VI), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4. VIGÊNCIA:

4.1 O contrato terá **vigência pelo prazo de 12 (doze) meses**, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1 Em observância ao regime jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente nos seus artigos 47 e 48, e no artigo 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, esta licitação adotará os seguintes critérios:

5.1.1 Não Exclusividade e Não Prioridade: Tendo em vista que o valor total estimado da presente contratação excede o limite máximo estabelecido no inciso I do *caput* do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (R\$ 80.000,00 – oitenta mil reais), **não será aplicado o benefício da exclusividade** de participação para Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs).

5.1.2 Não Aplicação de Reserva de Cota: Considerando, ainda, o **caráter indivisível do objeto** desta licitação, não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para contratação de MEs e EPPs, conforme previsto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

5.2 Ressalta-se que a execução dos serviços exige padronização de equipamentos, uniformidade de atendimento, gestão operacional centralizada e continuidade dos serviços, o que inviabiliza a divisão do objeto em lotes ou parcelas distintas, sob pena de comprometer a eficiência e a qualidade do atendimento.

5.3 Assim, a licitação será realizada em ampla concorrência, sendo asseguradas às microempresas e empresas de pequeno porte as demais prerrogativas legais, conforme previsto nos artigos 71 a 73 da Lei nº 14.133/2021.



Protocolo nº: 76.316/2025

Pregão Eletrônico nº: 028/2026

Registro de Preços nº: 020/2026

6. AMOSTRA:

6.1 Para este procedimento licitatório não serão exigidas amostras.

7. GARANTIA:

7.1 Não serão exigidas Garantias contratuais previstas no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o pagamento dos valores devidos ao contratado fica condicionado à comprovação de efetiva prestação dos serviços.

8. CONSÓRCIO:

8.1 Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme o disposto no art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

9. ANEXOS:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo III - Quantidade por Secretaria e Secretarias participantes;
- Anexo IV - Documentos de Habilitação;
- Anexo V - Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo VI - Modelo de Procuração;
- Anexo VII – Modelo de Declaração de Atendimento as Regras Contidas no Edital;
- Anexo VIII - Órgãos participantes;
- Anexo IX - Modelo da Ata de Registro de Preços;
- Anexo X - Modelo da Ata de Registro de Preços - Cadastro de Reserva;
- Anexo XI - Modelo de Minuta de Contrato Administrativo;
- Anexo XII - Modelo de Declaração de Idoneidade;
- Anexo XIII - Modelo de declaração de atendimento a Constituição Federal – artigo 7º inciso XXXIII;
- Anexo XIV – Declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa, empresa pequeno porte e microempresa individual;
- Anexo XV - Relação dos itens e do lote conforme cadastrado no sistema **Compras.gov**.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do **Compras.gov**, localizado na página: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá.

1.3 O pregão eletrônico observará a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Federal nº 11.462/2023 e, no que couber, o Decreto Municipal nº 4.319/2023.

1.3.1 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá, conforme instruções que podem ser obtidas na página do **Compras.gov** ou, ainda, por meio do telefone: 0800.978.9001 (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituírem as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.



2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3. PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário dos itens e valor total do lote;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação ocorrerá em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 - Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de 1,00% (um por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.10. A etapa de lances no modo aberto tem duração de 10 (dez) minutos, com prorrogação automática de 2 (dois) minutos sempre que um lance for enviado nos últimos 2 (dois) minutos da etapa.

5.11. Após o término do prazo estabelecido no item anterior, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção de lances.

5.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16 Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.19 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



5.20 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais do modo de disputa aberto.

5.24 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.26.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.26.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada, feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.26.2.

5.27 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 4.319/2023.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou não atenda aos critérios exigidos na Lei 14.133/2021.

6.3.1 Será considerada inexecutável a proposta que apresentar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou que, após diligência, o licitante não demonstre a capacidade de executar o objeto pelo valor ofertado, comprovando a compatibilidade dos custos com os preços de mercado e a viabilidade da execução.

6.3.2. Quando no valor da proposta houver indícios de inexecutabilidade, o(a) Pregoeiro(a) deverá realizar diligência, concedendo ao licitante o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que apresente justificativa e demonstração da exequibilidade.

6.3.3. A justificativa do licitante deverá conter a planilha de custos detalhada ou documentos que comprovem:

a) A obtenção de insumos e mão de obra por preços inferiores aos de mercado (ex: contratos de fornecimento, convênios);

b) Ganhos de escala, novas tecnologias ou metodologias de execução que reduzam o custo operacional;



c) Outros elementos objetivos que comprovem a viabilidade econômica do preço ofertado.

6.3.4. Caso o licitante não comprove a viabilidade da proposta no prazo concedido, ou apresente justificativa insuficiente, a proposta será desclassificada, cabendo ao(a) Pregoeiro(a) convocar o licitante subsequente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.3.5. A desclassificação por inexecuibilidade deverá ser motivada, com a indicação dos elementos técnicos e preços de mercado que demonstram a impossibilidade de execução do objeto pelo valor ofertado.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por igual período, mediante solicitação justificada no chat do sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Não serão exigidas amostras neste certame.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Neste certame não haverá itens exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Paranaguá, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil ou outra assinatura digital com validade jurídica similar, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil ou outra assinatura digital com validade jurídica similar.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente,



exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil ou outra assinatura digital com validade jurídica similar.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no portal da transparência do Município no site <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o município de Paranaguá convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil ou outra assinatura digital com validade jurídica similar, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 4.319/2023.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a Ata de Registro de Preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 4.319/2023, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou no Diário Oficial dos Municípios, será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado e ter seus quantitativos renovados nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 299 do Decreto nº 4.319/2023, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5 No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 4.319/2023, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital**.

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.



11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto municipal n.º 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da lei 14.133/2020.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

11.7.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, tendo por termo inicial a data da base vinculada à proposta e desde que decorrido 12 (doze) meses desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

11.7.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

11.7.2.2 O transcurso do período citado no item 11.7.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal da Transparência do Município de Paranaguá, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao cadastro do CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) pode ser consultado no Portal da Transparência do Governo Federal.

12.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Municipal n.º 4.319/2023, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = 0,00016438$$



12.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal 4.319/2023;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal 4.319/2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 4.319/2023. e na Lei n.º 14.133/2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 4.319/2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.



14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca de Paranaguá/PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Paranaguá, 15 de junho de 2026.

José Miguel Pereira

Secretário Municipal de Esportes e Juventude

José Reis de Freitas Neto

Secretário Municipal de Cultura e Turismo



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados, para atender os eventos das Secretarias Municipais requisitantes, do Município de Paranaguá/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. Quantitativo e Especificações Técnicas Mínimas:

1.2.1 Quantitativo Geral:

ITEM	COD. DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	64916	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.	HORA	1900	R\$ 236,43	R\$ 449.217,00
2	64917	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO (TIPO D), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.	HORA	700	R\$ 365,71	R\$ 255.997,00
3	64958	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), SEM TRIPULAÇÃO.	MENSAL	2	R\$ 13.870,14	R\$ 27.740,28
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 14.472,28	R\$ 732.954,28

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD N° 41/2025

1.2.2 Aderiram a presente DFD as seguintes Secretarias Municipais:

COD. DO ÓRGÃO	SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
19	SESPOR	Secretaria Municipal de Esportes e Juventude
44	SECULTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

1.2.3 Quantitativo por Secretaria:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO - SESPOR	QUANTITATIVO - SECULTUR	TOTAL DO QUANTITATIVO
1	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.	1000	900	1900
2	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO (TIPO D), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.	400	300	700
3	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), SEM TRIPULAÇÃO.	1	1	2



1.2.1.4 Especificações técnicas

1.2.1.1 Ambulância de Suporte Básico (Tipo B): O veículo deverá estar equipado dos seguintes itens: Sinalizador óptico e acústico; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a - alimentação do respirador; b - fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula; maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos; maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação; suporte para soro; prancha curta e longa para imobilização de coluna; talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais; colete imobilizador dorsal; frascos de soro fisiológico e ringer lactato; bandagens triangulares; cobertores; coletes refletivos para a tripulação; lanterna de mão; óculos, máscaras e aventais. Também deverá conter desfibrilador externo automático (DEA).

Tripulação do Veículo: 2 profissionais, sendo um o motorista/conductor e um técnico ou auxiliar de enfermagem.

1.2.1.2 Ambulância de Suporte Avançado (Tipo D): O veículo deverá estar equipado dos seguintes itens: Sinalizador óptico e acústico; maca com rodas e articulada; dois suportes de soro; cadeira de rodas dobrável; instalação de rede portátil de oxigênio, respirador mecânico de transporte; oxímetro não-invasivo portátil; monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível, maleta de vias aéreas contendo: máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos; cateteres de aspiração; adaptadores para cânulas; cateteres nasais; seringa de 20ml; ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório; sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos; luvas de procedimentos; máscara para ressuscitador adulto/infantil; lidocaína geléia e "spray"; cadarços para fixação de cânula; laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas; estetoscópio; esfigmomanômetro adulto/infantil; cânulas orofaríngeas adulto/infantil; bisturi descartável; cânulas para traqueostomia; material para cricotiroidostomia; conjunto de drenagem torácica; maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço; luvas estéreis; recipiente de algodão com antisséptico; pacotes de gaze estéril; esparadrapo; material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas; garrote; equipos de macro e microgotas; cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil; tesoura, pinça de Kocher; cortadores de soro; lâminas de bisturi; seringas de vários tamanhos; torneiras de 3 vias; equipo de infusão de 3 vias; frascos de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado; caixa completa de pequena cirurgia; maleta de parto como descrito nos itens anteriores; sondas vesicais; coletores de urina; protetores para eviscerados ou queimados; espátulas de madeira; sondas nasogástricas; eletrodos descartáveis; equipamentos de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais; cobertor ou filme metálico para conservação do calor do corpo; campo cirúrgico fenestrado; almotolias com antisséptico; conjunto de colares cervicais; prancha longa para imobilização da coluna.

Tripulação do Veículo: 3 profissionais, sendo um motorista, um enfermeiro e um médico.

1.2.1.3 Ambulância de Suporte Básico (Tipo B) sem tripulação: Locação mensal de veículo de suporte básico de vida, equipada para emergências e atendimento pré-hospitalar – AMBULÂNCIA TIPO B, com as seguintes características: Veículo tipo Furgão adaptada para ambulância tipo B de suporte básico - Ano de fabricação e modelo não inferior a 2021; 3 lugares na cabine: 1 condutor e 2 passageiros; cintos de segurança para todos os ocupantes; cor branca; Teto alto; Combustível: Diesel; Cambio: Manual ou



automático de seis marchas; Freio a Disco com sistema ABS; Direção Hidráulica ou Elétrica; Possuir Air-Bag; Com 3 portas laterais sendo uma destas a porta da lateral direita deslizante ou corredeira e portas traseiras duplas com abertura de 180º; Vidro de correr junto a divisória entre a cabine do motorista e o passageiro da cabine; Ar condicionado na cabine e parte traseira; Barra Linear de Leds na parte exterior superior Giroflex mínimo de 1.000 mm e Sirene Eletrônica de no mínimo 03 tons; Sirene de ré; Faróis de Neblina. Salão de Atendimento: Isolamento termoacústico; Revestimento interno nas laterais e teto em (PRFV) fibra de vidro; Armário superior na lateral esquerda, confeccionado em Fibra de Vidro cor branco, com portas de correr em acrílico e Armário para fixação do cilindro de oxigênio; Banco com sistema de rotação, para médico com cinto de segurança. Banco baú com cintos de segurança, individual, estofamentos de alta resistência, com encosto de cabeça, assentos e encostos das costas individuais. Maca articulada retrátil de 1,90m de alumínio, com colchonete e cintos de segurança. Lanternas sequenciais de LEDs; Luminárias internas de LEDs com 02 intensidades de luz; 3 Tomadas do tipo 110 volts; 01 Farol de embarque instalado sobre a porta traseira; Painel de três saídas, Fluxômetros, Aspirador, Válvula Reguladora, Conjunto de umidificação; Suporte para o cilindro de oxigênio; Vidro fixo e com película opaca ou fosca nas duas portas traseiras; Vidro de correr e com película opaca ou fosca na porta lateral; Instalação de um suporte para soro; apoio de mão em alumínio fixado no teto; Acabamentos em e vedação de todos os cantos existentes; Reforço fixado no piso embaixo de todas as rodas da maca em alumínio; Piso antiderrapante em fibra de vidro; Caixa de ferramentas com macaco, estepe e triangulo de sinalização.

1.2.2 Qualificação da Tripulação:

1.2.2.1 O Condutor do veículo deverá ser habilitado de acordo com a legislação em vigor (código Nacional de Trânsito), obedecendo aos padrões de capacitação e atuação previstos na portaria do Ministério da Saúde 2.048/2002.

1.2.2.2 Enfermeiro: Profissional de nível superior titular do diploma de Enfermagem, devidamente registrado no Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição, habilitado para ações de enfermagem, conforme os termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002.

1.2.2.3 Técnico de Enfermagem: Profissional com Ensino Médio completo e curso regular de Técnico de Enfermagem, titular do certificado ou diploma de Técnico de Enfermagem, devidamente registrado no Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição. Exerce atividades auxiliares, de nível técnico.

1.2.2.4. Médico: Profissional de nível superior titular de Diploma de Médico, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição, habilitado ao exercício da medicina pré-hospitalar, atuando nas áreas de regulação médica, suporte avançado de vida, em todos os cenários de atuação do pré-hospitalar e nas ambulâncias, assim como na gerência do sistema, habilitado conforme os termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002.

Apresentar a qualificação da tripulação composta por motoristas por veículo/ambulância, portando CNH com CVE e certificado de curso de socorrista; médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem devidamente capacitados para a prestação do serviço e, portando os respectivos registros de regularidade – CRM e COREN. Apresentar tais documentos com 72 (setenta e duas) horas de antecedência a cada evento ao servidor designado pela contratante;

1.3. Condições Mínimas de execução do serviço:



1.3.1 A empresa contratada deverá ter condições, em caso de necessidade, de prestar os serviços com mais de um veículo, uma vez que os eventos podem ocorrer no mesmo dia, em praças esportivas distintas, por conseguinte, necessitando de mais de um veículo. Deste modo, a empresa contratada fica ciente que deverá possuir em sua frota a quantidade mínima de 02 veículos da categoria do item homologado, para atender as necessidades que as secretarias municipais solicitarem para tal finalidade e apresentar a documentação que se faz necessário para o funcionamento da prestação dos serviços no momento da assinatura da ata e/ou contrato.

1.3.1.1 Os veículos deverão estar regulares na entrega e durante toda a vigência da ata e/ou contrato, no que tange o Licenciamento, Seguro Obrigatório, IPVA, e demais regularizações que se façam necessárias.

1.3.1.2 Fornecer veículo com apólice de seguro total para colisão, furto, incêndio, prevendo em especial pagamento de danos contra terceiros, morte, invalidez de passageiros e terceiros e assistência 24 (vinte e quatro) horas, com uso de guincho.

1.3.1.3 Os veículos deverão ser no máximo 05 (cinco) anos de uso (modelo/ano), com todos os equipamentos exigidos em legislação. As dimensões e outras especificações do veículo terrestre deverão obedecer às normas da ABNT – NBR 14561/2000, de julho de 2000.

1.3.1.4 Não é necessário plotar os veículos com a logomarca do município, já que os veículos são de responsabilidade da empresa. Portanto, não há exigência para que haja a plotagem com o logo municipal, EXCETO em item que a locação seja MENSAL.

1.3.1.5 O tempo de deslocamento da base até o local da prestação do serviço não deve exceder 30 (trinta) minutos, em virtude de eventuais emergências/urgências que ocorram a qualquer momento, ou em casos que seja necessária a disposição de ambulância excedente pela gravidade da ocorrência.

1.3.1.6 Apresentar a qualificação da tripulação composta por motoristas por veículo/ambulância, portando CNH com CVE e certificado de curso de socorrista; médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem devidamente capacitados para a prestação do serviço e, portando os respectivos registros de regularidade – CRM e COREN. Apresentar tais documentos com 24 (Vinte e quatro) horas de antecedência a cada evento ao servidor designado pela contratante;

1.4 Todos os itens entregues deverão estar de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como com o que foi solicitado no presente Edital, além estar em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e/ou fiscalizadores especialmente na Lei Estadual 17598/2013, Resolução da SESA/PR nº 595/2017, Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002 e demais normas e decretos vigentes no Estado do Paraná, no que couber.

1.6. Natureza do objeto

1.6.1. Os produtos desta licitação são classificados como serviços comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidades definidas neste termo de referência de acordo com o estipulado na Lei nº 14133/2021.

1.7. Prazo de contratação

1.7.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. As Secretarias requisitantes, do Município de Paranaguá/PR, promovem regularmente eventos esportivos e de lazer destinados à comunidade local e regional, os quais contam com significativa participação de atletas, servidores e público em geral. Tais eventos, em razão de sua natureza e da concentração de pessoas, apresentam riscos potenciais à saúde e integridade física dos participantes e espectadores, demandando a adoção de medidas preventivas e corretivas de atendimento imediato em situações de urgência e emergência.

2.1.1 A presença de equipes assistenciais especializadas e de ambulâncias adequadamente equipadas torna-se imprescindível, garantindo que, em eventual ocorrência de mal súbito, acidentes esportivos, traumas ou outras intercorrências médicas, haja suporte imediato de primeiros socorros e, se necessário, remoção rápida e segura ao serviço hospitalar de referência.

2.1.2 A contratação de empresa especializada justifica-se ainda pela necessidade de disponibilizar ambulâncias de Tipo B (Suporte Básico) e Tipo D (Suporte Avançado), conforme classificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e normativas da Lei Estadual 17598/2013 e Resolução da SESA/PR nº 595/2017, devidamente equipadas e com profissionais habilitados (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores socorristas), aptos a prestar atendimento eficaz e humanizado.

2.1.3 A necessidade decorre da inexistência, no âmbito da Administração, de frota própria suficiente e adequada para suprir a necessidade cotidiana de eventos que acontecem nos espaços esportivos do município, sendo a alternativa desguarnecer algum local que também necessita deste equipamento no momento em que acontecem os eventos.

2.2 As referidas demandas estão previstas no Plano Anual de Contratações Anual, considerando os princípios dispostos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este Termo de Referência.

2.4. Justificativa

2.4.1. A presente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de ambulância justifica-se pela necessidade de atender às demandas das Secretarias requisitantes de Paranaguá, que constantemente realiza atividades esportivas, educacionais e de lazer nos espaços esportivos do município.

2.4.2 As Secretarias é responsável pela organização e participação em competições, torneios, campeonatos, festivais esportivos, que em sua maioria atendem a capacidade mínima de participantes/público inseridos nas resoluções e normas da Lei Estadual 17598/2023 e SESA/PR nº 595/2017, obrigando a disposição dos tipos de ambulância em questão. A ausência desse tipo de serviço inviabilizaria a realização dos eventos, podendo acarretar em multas e penalidades ao município e seus gestores.

2.4.3 A presença de equipes de saúde qualificadas e de veículos devidamente equipados garante resposta ágil e eficaz a eventuais situações críticas, possibilitando o atendimento no local e, quando necessário, o encaminhamento imediato da vítima à unidade hospitalar adequada. Essa medida, além de proteger a saúde dos participantes, também representa uma ação preventiva de responsabilidade do Poder Público, reduzindo riscos jurídicos e fortalecendo a confiança da população na administração municipal.

2.4.4 Diante disso, a contratação em questão mostra-se essencial, legítima e justificada, garantindo



infraestrutura adequada para emergências médicas e contribuindo para o pleno êxito das ações desenvolvidas pelas Secretarias requisitantes.

2.5. Justificativa para unificação dos itens por lote

2.5.1. A escolha pela unificação dos itens em um único lote decorre da necessidade de garantir maior eficiência administrativa e operacional na execução do contrato, bem como assegurar a economicidade e a padronização dos serviços prestados.

2.5.2 As Secretarias requisitantes demanda a contratação de ambulância para atender a eventos, atividades esportivas e institucionais, cujas características variam conforme o tipo de evento e a capacidade de público. Apesar das diferenças de especificações técnicas, os dois tipos de ambulância possuem a mesma natureza e finalidade, qual seja, o atendimento de primeiros socorros em eventos/competições realizados ou participados pelo município de Paranaguá/PR.

2.5.3. O detalhamento sobre a justificativa da divisão por lotes se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste termo.

2.6 Os serviços serão contratados por meio de processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, menor preço, no **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei nº 14.133/2021 e pelo decreto 4.319 de 23 de março de 2023.

2.7. Entende-se a adoção do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** como mais vantajosa para o Município, pois possibilita uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento parcelado do produto ao longo da vigência da licitação, uma vez que é impossível mensurar previamente as quantidades exatas de jogos ou competições que serão realizadas nos espaços esportivos do município no decorrer de um ano. Esta modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A locação dos itens segue as especificações traçadas por estas secretarias, mediante o seu conhecimento de estimativas traçadas com base nos jogos/competições e atividades realizadas e previstas. O objetivo é assegurar o suporte necessário e o atendimento adequado às demandas, considerando o ciclo de vida do serviço, e proporcionando maior economicidade e vantajosidade para a Administração.

3.3. Verificou-se, com base nas estimativas traçadas, que há maior vantagem econômica na contratação por meio do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** conforme a necessidade das Secretarias requisitantes. O presente certame visa o cumprimento da lei de licitações, evitando possíveis fracionamentos de despesas, bem como o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e outros inerentes ao bom planejamento das compras municipais. Essa modalidade também permite a otimização de recursos e economia em escala, além de garantir maior agilidade, disponibilidade de serviço, segurança para o órgão e flexibilidade na utilização dos equipamentos, resultando em um atendimento mais eficiente e econômico.

3.4. A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo em vista serem serviços comuns e que permite a ampla participação de licitantes. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências quanto às especificações do objeto.



3.5. De modo geral, a Administração tem o dever de zelar pelo interesse público, cujas diretrizes que permeiam esta contratação são extensas, devendo a empresa contratada, assumir tais obrigações, evitando o risco de ser penalizada, pois, os instrumentos aqui presentes são um esboço da finalidade do que se espera na execução contratual, tornando eficaz este modelo contratual.

3.6. Não há histórico de consumo anterior das secretarias requisitantes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for compatível, conforme nova lei de licitação 14.133/21.

4.1.2. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá das contratadas:

4.1.2.1. O cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

4.1.2.2. O atendimento a toda e qualquer legislação ambiental que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução;

4.1.2.3. O fornecimento aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

4.1.2.4. Com base no Estudo Técnico Preliminar, que apontou os principais impactos ambientais e possíveis medidas mitigadoras, de modo geral, a contratada deverá fazer uso de equipamentos com baixo consumo de energia, fontes de energias renováveis, minimizar o desperdício de água tratada, descarte adequado dos resíduos, entre outras recomendações que possam surgir de acordo com cada locação.

4.2 Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

4.3 Garantia da contratação

4.3.1. Não serão exigidas Garantias contratuais previstas no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o pagamento dos valores devidos ao contratado fica condicionado à comprovação de efetiva prestação dos serviços.

4.4 Vistoria

4.4.1. Fica a critério da licitante a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, devendo ser agendada previamente pelo telefone (41) 3721-1805.

4.4.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



4.5. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.5.1. Não serão admitidas as prerrogativas dispostas no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 por não haver lote no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 48:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

4.5.2. Deverá ser observado o benefício previsto no artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, concedendo as microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação na hipótese de empate

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

5.1.1. Os serviços serão prestados por demanda, devendo ser solicitados com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas úteis, por meio da Emissão da Nota de Empenho e Ordem de Serviço, sendo que os pedidos poderão ser efetuados a partir da assinatura do contrato. Não devem ser iniciados trabalhos sem autorização mediante Ordem de Serviço.

5.1.2. A Contratada obriga-se a atender a todos os pedidos efetuados pela Contratante durante a vigência dos serviços contratados.

5.1.3. Todas as despesas relacionadas à prestação dos serviços elencados no item 1.2 correrão a expensas da empresa, inclusive as relativas a impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transporte, manutenção, operacionalização, benfeitorias ou melhorias nas instalações, e outras despesas de qualquer natureza que se façam necessárias ao fornecimento dos materiais ou à prestação dos serviços propriamente a serem executados.

5.1.4. A CONTRATADA deverá ser responsável pelo fornecimento dos serviços, assim como, quando previsto, pela disponibilização de mão de obra especializada para a operação dos mesmos. Esses profissionais serão encarregados do manuseio e da correta utilização dos equipamentos, garantindo seu funcionamento adequado durante a locação.

5.1.5. Os serviços deverão ser prestados nos endereços e horários determinados pelas Secretarias requisitantes.

5.1.6. O fornecedor será notificado para assinar o contrato (ou documento equivalente) no prazo de 05(cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas na Lei Federal n.º 14133/2021. Caso o fornecedor venha se recusar a assinar o contrato com a Administração Pública poderá convocar o(s) licitante(s) seguinte(s) na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação;

5.1.7. A recusa injustificada do fornecedor ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo para eventual aplicação de sanções administrativas.

5.1.8 O serviço solicitado, deverá ser realizado no órgão mencionado, previamente informado, com toda a documentação regular, com todos os equipamentos previstos na descrição do item 1.2.1 e obrigatórios exigidos pelas leis e resolução do Estado do Paraná.



5.1.9 A remuneração devida variará segundo a quantidade de serviços realizados, independentemente de serem, ou não acionados, sem ônus para a contratante.

5.1.10 Em caso de sinistro maior e/ou quaisquer tipos de apontamento, a secretaria se reserva no direito de solicitar a empresa vencedora do certame, onde a mesma deverá apresentar relatórios mais elaborados do atendimento por evento contratado do qual deve constar os seguintes dados/campos:

Dados do Evento (nome do evento, datas, local e horário de chegada e saída do local do evento; nome do representante da contratante que verificou os horários e deu as orientações);

Dados dos atendimentos (registro dos atendimentos com nome do atendido e do acompanhante; anamnese; ações de atendimento; em caso de remoção, colocar horário, local para onde foi removido e estado em que se encontravam quando deu entrada no hospital/pronto socorro; observações importantes sobre cada atendimento);

Dados dos prestadores de serviço (nomes completos, funções, registro no CRM em dia, registro no COREN em dia, número da CNH válida);

Dados do veículo (placas, marca, modelo); - Assinatura dos Prestadores de serviço que fizeram os atendimentos.

5.1.11 Será considerada o início da prestação de serviços, a partir do posicionamento da ambulância (veículo e tripulação) no local, conforme horário indicado na ordem de fornecimento até o final do evento determinado pelo representante da contratante no evento.

5.1.12 Os serviços serão solicitados para execução em eventos por hora, nos quais a CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços aceitando sem restrições as datas e os horários preestabelecidos pelas CONTRATANTES, devendo manter a ambulância de plantão no local determinado por todo o período solicitado, prestando atendimento aos pacientes que necessitarem, ou, se for o caso, efetuar a remoção dos pacientes.

5.2. Prazo, local e condições de entrega

5.2.1 Os locais para execução dos serviços serão preestabelecidos conforme a realização dos eventos realizados e/ou apoiados pelas secretarias requisitantes, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2.2. Fica sob responsabilidade da contratante através da ordem de serviço informar com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, o local e horário a serem entregues os objetos, e sob responsabilidade da contratada entregar de forma integral todos os pedidos nos locais e horários determinados.

5.2.3. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do objeto (o que não constituirá sua aceitação / recebimento definitivo).

5.2.4. O recebimento definitivo se dará com a aceitação do objeto, que pressupõe sua conformidade com as especificações descritas no processo de compra, conforme edital e contrato administrativo, onde serão conferidos preços, quantidades, especificações e qualidade.

5.2.5. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso;



5.2.6. Caso os serviços não sejam realizados no prazo estabelecido, o fiscal do contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Pública.

5.2.7. Todos os itens para execução dos serviços deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como com o que foi solicitado no presente Edital, além estar em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e/ou fiscalizadores incluindo as regras da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.2.8 Os serviços serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório e quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.2.10. A realização dos serviços será parcelada, obedecendo à conveniência e as necessidades da Administração, mediante empenho, reservados os parâmetros da licitação.

5.2.11. A CONTRATADA será responsável, quando aplicável para a execução do serviço, a entrega, transporte, com fornecimento de todos os recursos necessários para a perfeita execução do contrato, assim como, será responsável pela limpeza e esterilização dos itens utilizados e a correta destinação dos materiais descartados (embalagens, caixas, plásticos, entre outros), não acarretando custos ao CONTRATANTE.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. Acompanhamento e fiscalização

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 4319/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, que não decorram de culpa por parte da contratada, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.6. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material



inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

6.2. Fiscal do Contrato

6.2.1. As Secretarias fiscalizarão obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar peças e demais insumos, bem como os serviços, que não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a correção das irregularidades.

6.2.2. Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018, será indicado os servidores:

Secretaria Municipal de Esportes

Fiscal: Gabriel Pereira das Neves, matrícula nº 10.307;

Fiscal Substituto: Luiz Claudio Correa, matrícula nº 1.131.

Secretaria Municipal de Turismo

Fiscal: Marcos Xavier Ribeiro, matrícula nº 11.530;

Fiscal Substituto: João Guilherme Romão dos Santos, matrícula nº 94.193

6.2.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do objeto contratado, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2.4. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, incluindo notificações, determinações e/ou relatório de vistoria para a correção da irregularidade e encaminhando os apontamentos ao gestor de contrato para as providências cabíveis.

6.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, emitindo manifestação em parecer técnico com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.2.7. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.3. Gestor do contrato

6.3.1. O gestor de contrato é o (a) Secretário (a) Municipal nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 4319/2023.

6.3.2. Cabe ao gestor do contrato acompanhar a execução do objeto através de relatórios e demais documentos emitidos pelo fiscal, analisando a documentação referente ao recebimento do objeto, bem como a documentação que antecede o pagamento.

6.3.3. O gestor do contrato é o responsável por requerer tempestivamente as respectivas prorrogações do instrumento contratual, caso seja possível e vantajoso para a administração, instruindo, em tempo hábil, o pedido com manifestação técnica do fiscal do contrato.



6.3.4. Caso o fiscal comunique a existência de ocorrências, irregularidades e falhas na execução dos contratos, o gestor do contrato tomará as providências cabíveis a fim de corrigi-las.

6.3.5. As questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições deverão ser encaminhadas para a autoridade competente para que possam ser solucionadas.

6.3.6. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

6.3.7. É competência do Gestor de Contratos receber os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, instruindo de forma adequada o processo com documentação pertinente, observando-se o contido no edital e contrato, devendo manifestar-se favorável ou desfavoravelmente ao pedido.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias, para o exercício de 2025, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente.

7.2. Os critérios de medição e pagamento serão estabelecidos com base nas etapas e quantidades executadas, de acordo com a necessidade das Secretarias. Após a execução do serviço, terminado o evento, será feita a medição e a CONTRATADA deverá enviar para atesto a nota fiscal referente aos serviços executados.

7.3. Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de serviços e nota de empenho, devidamente atestada pelo fiscal do contrato e pelo gestor do contrato, observado os termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 4.319/2023, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

7.4. As Secretarias reservam-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades legais, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, no edital e no contrato.

7.5. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

7.6. A CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

7.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA não produzir os resultados acordados; não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; não substituiu os itens em más condições ou em desacordo com o objeto contratado.



7.8. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.9. As demais condições do pagamento devem atender às disposições contidas no edital.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por lote.

8.1.2. É obrigatório constar na proposta de preços todas as especificações constantes neste termo de referência, necessárias para a identificação do item a ser licitado.

8.1.3. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, incluindo transporte, montagem, desmontagem, operacionalização, manutenção, entre outros julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.

8.2. Modo de disputa

8.2.1. O modo de disputa que será adotado é o “aberto”.

8.3. Habilitação jurídica

8.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



8.3.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

8.4.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. Qualificação Econômico-Financeira

8.4.8. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.4.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5. Qualificações Técnicas:

8.5.1. Fica obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Obrigatoriedade da apresentação da declaração de prévio conhecimento dos locais da prestação de serviços;
- b) Deverá a empresa apresentar declaração de disponibilidade de veículos para fornecimento do serviço. (Disponibilidade de no mínimo 2 (dois) veículos para cada item apresentado na tabela de quantitativos e especificações técnicas)
- c) Atestado de Capacidade Técnica – contendo: Nome e endereço completo do órgão emitente; Nome e assinatura do responsável pelas informações, que comprove que o profissional/empresa prestou ou presta serviços pertinentes e compatíveis em característica operacional, cuja capacidade será considerada como apta quando comprovada a prestação de serviços de ao menos 50% dos quantitativos estabelecidos, nos



termos do §2º do artigo 67 da Lei n.º 14.133/2021, buscando assegurar uma contratação que atende o interesse público, sem prejudicar a competitividade. Esta comprovação poderá ser realizada por mais de um atestado de capacidade técnica;

d) Comprovação sobre a posse, cessão, locação, mutuo do veículo ofertado para a prestação dos serviços durante a vigência do contrato, através de documento de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), de Contrato registrado em cartório de títulos e documentos de Locação, Mutuo e/ou de Leasing com validade compatível com o período contratual;

e) Comprovantes de quitação do Seguro DPVAT, atualizado e válido;

f) Apólice emitida por seguradora brasileira e autorizada a funcionar no Brasil para seguro contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos materiais e morais, danos corporais a terceiros, lucros cessantes, todos, abrangendo terceiros e inclusive a contratada, Responsabilidade civil de empresas de transporte Coletivo de passageiros e terceiros, valor de deverá ser de no mínimo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) contra acidentes pessoais por morte, cobertura de no mínimo R\$ 20.000,00 - 8 - contra acidentes pessoais por invalidez, cobertura de no mínimo R\$ 10.000,00 para despesas com assistência médica suplementar;

g) Licença Sanitária da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária do Município (do domicílio ou sede do licitante), renovada anualmente, dentro de seu prazo de validade. Não será aceito protocolo de renovação.

h) Deverá ser apresentado cópia do Registro, vigente, da LICITANTE e do MÉDICO (A) RESPONSÁVEL TÉCNICO - junto ao Conselho Regional de Medicina da sede da licitante, quando necessário.

i) A licitante deverá comprovar, quando da assinatura da Ata de Registro de Preço, o vínculo empregatício com o responsável técnico citado no item "d", através da apresentação de cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), da ficha de registro de empregados e/ou contrato de prestação de serviços (no caso ser sócio ou acionista da empresa, não é necessário apresentar comprovação de vínculo, o que se dará pelo próprio contrato social); quando necessário.

j) Registros dos Responsáveis Técnicos da Empresa junto ao respectivo Conselho Regional de Classe do Estado sede da Empresa, nos termos da Resolução SESA nº 358/2015: CRM - Conselho Regional de Medicina; COREN - Conselho Regional de Enfermagem; CRF - Conselho Regional de Farmácia.

8.5.2 A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto a pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os materiais(serviços) podendo solicitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do fornecimento dos serviços.

8.5.3 Em hipótese alguma será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

8.5.4 No caso de atestados emitidos em favor de consórcio do qual o contratado tenha feito parte, serão observadas as condições estabelecidas pelo §§ 10 e 11 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

8.6. Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovado através de publicação ou cópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, estando devidamente registrados em seus órgãos de competência, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado.



8.6.2. Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a um ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento.

8.6.1.2. De acordo com o Decreto Federal nº 8.538/2015, art. 3º, na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e dos Índices Financeiros.

8.6.2. Demonstrativo de Índices Financeiros, em papel timbrado da empresa, extraídos do balanço apresentado, para fins de análise das condições financeiras da licitante. Os Índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento. A comprovação da situação financeira da empresa, será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.3.1. Os resultados isolados das operações: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão ser maiores ou iguais a 1,00.

8.6.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II)

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 732.954,28 (setecentos e trinta e dois mil novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos)**, conforme valores da tabela disposta no item 1.2.

9.2. Os valores estipulados como valor máximo estimado para tal contratação foram estabelecidos através de ampla pesquisa de mercado, conforme orçamentos de empresas especializadas e atas de registro de preços constantes no processo administrativo. Da ampla pesquisa de mercado teve-se o menor valor, servindo-se este como máximo estimado.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Município de Paranaguá:

Referência Dotação	Órgão	Elemento	Vínculo	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Ação
1201	19	3339039	1.000	1	27	122	13	2190
1613	44	3339039	1.000	1	23	695	5	2322

10.2. Caso necessário, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.

11.3. Comunicar, por escrito, à contratada, quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.

11.4. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

11.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

11.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado, como fiscal do contrato, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. Efetuar o pagamento conforme critérios de medição e orientações descritas no item 7.

11.8. Fica a contratante responsável por executar os pedidos com antecedência mínima prevista neste termo, gerar e encaminhar nota de empenho a contratada, gerar contrato de prestação dos serviços, e acompanhar, fiscalizar e orientar os serviços a serem executados.

11.9 Aplicar à contratada as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;

11.10 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos;

11.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



11.12 Informar previamente a contratada o local, hora, data, estimativa de público do evento a ser realizado.

11.13 Orientar quanto à localização das ambulâncias durante a realização dos eventos.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Fornecer os itens de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

12.2. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços, sem anuência da Administração Pública.

12.3. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos serviços, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

12.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.

12.5. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos serviços, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações se for o caso.

12.6. Fornecer mão de obra qualificada, a fim de suprir as necessidades de transporte, montagem, desmontagem e operacionalização de todos os equipamentos.

12.7. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos dos Arts. 124 e 125 da Lei Federal 14.133/2021, se for o caso.

12.8. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS.

12.9. A CONTRATADA deverá substituir reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, imediatamente o item com avarias ou defeitos ou que não esteja em perfeita condição de funcionamento.

12.10. Fica a contratada responsável por atender impreterivelmente os pedidos solicitados pela contratante, cumprir de forma integral as especificações previstas nos termos de referência, designar responsável ou encarregado imediato no local da prestação dos serviços.

12.11. Executar todos os serviços de acordo com as especificações e demais elementos técnicos que integram o Termo de Referência, obedecendo rigorosamente as leis e normas do Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e ABNT – Agência Brasileira de Normas Técnicas.

12.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à administração ou a terceiros durante a prestação do serviço, ficando a contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos

12.14 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



12.15 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

12.16 Indicar, a pedido do CONTRATANTE, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

12.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.18 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.21 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

12.22 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.23 Mobilizar e disponibilizar todos os recursos, materiais, ferramentas e profissionais necessários para a perfeita execução dos serviços;

12.24 Responsabilizar-se pela qualidade final dos serviços, fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPIs aos funcionários, recolher todos os encargos sociais referentes aos funcionários que trabalharem na mesma;

12.25 Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes;

12.26 Exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs por seus trabalhadores, conforme constatada a sua necessidade;

12.27 Caberá à CONTRATADA todo o seguro dos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade, e também seguro de acidente de trabalho para todos os que trabalham sob sua supervisão;

12.28 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.29 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.30 Os veículos equipados (ambulâncias) devem conter todos os materiais obrigatórios para prestar os primeiros socorros, e devem estar com toda regularização sob competência do DETRAN e demais órgãos de trânsito em dia;



12.31 As ambulâncias devem ser mantidas e operada em condições adequadas de higiene e segurança;

13. RESULTADOS ESPERADOS

13.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, utilizando ambulâncias do Tipo B (Suporte Básico) e do Tipo D (Suporte Avançado), devidamente equipadas e acompanhadas de profissionais habilitados, espera-se promover segurança e proteção à saúde dos participantes e público nos eventos promovidos pelas Secretarias Municipais requisitantes, por meio da garantia de atendimento imediato em casos de intercorrências médicas, acidentes ou situações emergenciais, redução de riscos e consequências graves decorrentes de emergências médicas, assegurando atendimento pré-hospitalar adequado e remoção rápida e eficiente para unidades de saúde de referência, quando necessário, além do cumprimento das normas e exigências legais relacionadas à realização de eventos esportivos e de grande público, observando a legislação sanitária e de segurança aplicável.

Paranaguá, 13 de outubro de 2025.

Os respectivos Secretários Municipais que aderiram ao presente procedimento assinam digitalmente o presente documento. Ficando evidenciada na última página as assinaturas devidas.



ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Trata-se de contratação para eventual **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados, para atender os eventos da SESPOR e SECULTUR** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

As Secretarias requisitantes realizam eventos esportivos, culturais e de lazer com grande público. Essas atividades envolvem riscos à integridade física dos participantes e espectadores, tornando imprescindível a disponibilização de atendimento pré-hospitalar imediato.

Atualmente, o Município não dispõe de frota própria de ambulâncias suficiente e equipada para atender a tais demandas, sendo necessário contratar empresa especializada para garantir suporte adequado em situações de urgência e emergência, conforme determinações legais (Lei Estadual nº 17.598/2013, Resolução SESA/PR nº 595/2017 e Portaria MS nº 2.048/2002).

2. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

As Secretarias requisitantes não dispõem de frota própria, tampouco profissionais habilitados para tal tipo de prestação de serviço, recorrendo constantemente ao pedido de empréstimo de ambulâncias e equipes de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde. Esse empréstimo acaba ocasionando problemas de logística e até atrasos de jogos ou início de competições, uma vez que as ambulâncias/equipes de profissionais não são de uso exclusivo da Secretarias requisitantes, tendo que prestar atendimento a comunidade em geral.

A presença de equipes assistenciais especializadas e de ambulâncias adequadamente equipadas torna-se imprescindível, garantindo que, em eventual ocorrência de mal súbito, acidentes esportivos, traumas ou outras intercorrências médicas em eventos realizados nos espaços esportivos públicos, haja suporte imediato de primeiros socorros e, se necessário, remoção rápida e segura ao serviço hospitalar de referência.

A contratação de empresa especializada justifica-se ainda pela necessidade de disponibilizar exclusivamente a SESPOR, ambulâncias de Tipo B (Suporte Básico) e Tipo D (Suporte Avançado), conforme classificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e normativas da Lei Estadual 17598/2013 e Resolução da SESA/PR nº 595/2017, devidamente equipadas e com profissionais habilitados (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores socorristas), aptos a prestar atendimento eficaz e humanizado.

3. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação não foi inicialmente prevista no Plano Anual de Contratações do Município de Paranaguá para o exercício de 2025, em razão da natureza imprevisível e variável das demandas vinculadas aos eventos esportivos e de lazer promovidos ou apoiados pelas Secretarias requisitantes.

Os eventos esportivos organizados pelo Município possuem calendário dinâmico, que pode ser alterado ao longo do exercício em função de convites, competições regionais, estaduais e nacionais, além de atividades extraordinárias que surgem em decorrência de parcerias institucionais. Tais alterações repercutem



diretamente na necessidade de disponibilização de ambulâncias de suporte básico e avançado para garantir atendimento imediato de urgência e emergência, conforme exigem as legislações sanitárias e esportivas aplicáveis (Lei Estadual nº 17.598/2013 e Resolução SESA/PR nº 595/2017).

Assim, a inclusão posterior desta contratação mostra-se plenamente justificada, por atender a uma necessidade superveniente e indispensável para a segurança dos participantes e do público em geral, garantindo a viabilidade e a regularidade da realização dos eventos.

Ressalte-se que a Administração está resguardada pelo art. 12, §3º da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a realização de contratações não previstas no Plano Anual, desde que devidamente justificadas e formalizadas no processo, como ora se apresenta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os bens têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os requisitos específicos para essa contratação estão listados no Termo de Referência e foram baseadas em estudos e históricos de jogos, eventos e competições anteriores realizadas por essa Administração.

4.3. Os requisitos referentes às qualificações técnicas estão especificados no Termo de Referência.

4.4 A opção pela unificação dos itens em um único lote decorre da necessidade de garantir maior eficiência administrativa e operacional na execução do contrato, bem como assegurar a economicidade e a padronização dos serviços prestados.

4.5 A SESPOR demanda a contratação de serviços de ambulância em diferentes modalidades (Tipo B e Tipo D) para atender a eventos, atividades esportivas e institucionais, cujas características variam conforme a quantidade de participantes e operacionalização do evento. Apesar das diferenças de especificações técnicas, todos os itens possuem a mesma natureza e finalidade, qual seja, o atendimento de urgência/emergência a atletas, público e demais participantes de eventos.

4.6 A contratação tem por principais objetivos: Locar ambulâncias em conformidade com as normas da ANVISA e ABNT NBR 14561/2000, com tripulação com habilitação e registro nos respectivos conselhos (CRM, COREN); colocar à disposição veículos com no máximo 5 anos de uso, regularizados (licenciamento, seguro, IPVA) e com disponibilidade mínima de 2 veículos por categoria solicitada.

4.7 A unificação dos itens em lote único se justifica pelos seguintes fatores:

- a) Integração logística: A centralização da contratação em um único fornecedor garante maior controle e agilidade na organização e distribuição das ambulâncias, evitando falhas operacionais e conflitos de cronograma.
- b) Padronização dos serviços: A contratação de uma única empresa possibilita uniformidade na execução, assegurando que todas as ambulâncias atendam aos mesmos padrões de qualidade.
- c) Gestão contratual simplificada: A unificação facilita o acompanhamento, fiscalização e execução do contrato, reduzindo a necessidade de gerir múltiplos fornecedores para serviços da mesma natureza.
- d) Racionalização de custos: A contratação em lote permite maior poder de negociação e potencial redução de preços, tendo em vista que a empresa vencedora poderá otimizar a utilização de sua frota.
- e) Atendimento integral às necessidades da Administração: A segmentação em itens isolados poderia gerar a contratação de diferentes fornecedores, ocasionando riscos de descontinuidade ou dificuldades de articulação entre as diversas modalidades de transporte.

5. ESTIMATIVA DE PREÇO E QUANTIDADES

5.1. O quantitativo definido para esta licitação baseou-se em uma análise das ações e competições anteriores realizadas no e pelo Município de Paranaguá/PR e histórico de jogos oficiais em que as delegações representantes de Paranaguá realizaram nos espaços disponíveis do município, visando suprir a demanda para os próximos 12 (doze) meses.

5.2. A metodologia empregada envolveu os custos estimados que serão apurados com base em pesquisa de mercado junto a empresas do setor e consulta ao PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas.

5.3. Para determinar a quantidade estimada de cada serviço, foram aplicadas técnicas de análise de dados históricos, observando padrões de demanda, sazonalidades e especificidades de cada competição/jogo.



Ajustes foram realizados para contemplar qualquer variação esperada, seja por crescimento da demanda, novos requisitos ou melhorias nos serviços.

5.4. O levantamento de mercado e pesquisa de preços resultou nos itens constantes neste ETP, bem como o melhor dos valores pesquisados, no Termo de Referência para atender à demanda identificada.

5.5. A tabela de acima representa todos os itens que deverão ser contratados e suas respectivas quantidades estimadas, unidade de fornecimento e composição de preços, para suprir as demandas necessárias para realização dos serviços.

5.6 A estimativa de valor da contratação realizada na ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. O levantamento foi realizado através de pesquisa de preços e consulta a sítios de compras públicas, sendo o valor total estimado para a contratação de **R\$ 732.954,28 (Setecentos e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos)**.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. O levantamento de mercado teve como objetivo estudar e avaliar as diversas soluções disponíveis para atender às complexas demandas relacionadas a execução do serviço, desde a aquisição de frota, o que torna inviável ou oneroso ao município, considerando a manutenção e depreciação dos veículos, além do fornecimento de mão de obra especializada, que atualmente no quadro de funcionários é deficitária.

6.2. Conforme análise de editais com objetos similares, foi possível observar que o mercado apresenta uma gama diversificada de empresas que atuam com serviços objetos deste estudo. Outrossim, as pesquisas de valores junto ao PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) e consulta direta junto aos fornecedores demonstraram que os valores orçados estão de acordo com o praticado no mercado atual.

6.3. Esta pesquisa possibilitou identificar o que o mercado tem a oferecer para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude e ter uma noção dos custos envolvidos. Também serviu de base para a elaboração do Demonstrativo de Preço e da Nota Técnica de Preços.

6.4. Após a análise das soluções de mercado e das formas de contratação, conclui-se que a modalidade Registro de Preços é adequada para atender as necessidades da contratação apresentando maior economicidade, vantajosidade e eficiência na prestação dos serviços. Essa modalidade é a mais viável operacionalmente por proporcionar uma qualificação técnica para os serviços prestados para o município, atendimento das especificidades referente ao período de execução, transparência e contratação ao longo do período (12 meses).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A contratação do objeto pretendido visa atender de forma eficiente às demandas de atendimento de urgência/emergência em eventos promovidos e participados pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude. O objetivo é assegurar o suporte necessário e o atendimento adequado a todas as competições, considerando a técnica do serviço e proporcionando maior vantajosidade para a Administração.

7.2. Prever o calendário esportivo do Governo do Estado e todas as possíveis competições/eventos que das Secretarias requisitantes irá participar ou realizar dentro do período estipulado de contratação. Isso garante que cada evento cumpra com os rigorosos critérios de qualidade, segurança e conformidade, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021, eliminando inconsistências e minimizando riscos operacionais e legais, negociando a forma mais vantajosa com fornecedores, otimizando o uso dos recursos públicos e maximizando o retorno sobre o investimento.

7.3. Diante disso, a solução mais adequada para atender às necessidades de execução do objeto incluindo deslocamento, material de uso pessoal prestação do serviço é a contratação pelo sistema Registro de Preços. Essa abordagem permite a otimização de recursos e economia em escala, além de garantir maior agilidade, disponibilidade de serviço e segurança para o órgão, resultando em um atendimento mais eficiente e econômico das demandas do município.

7.4. As obrigações da CONTRATADA(S) estão previstas no Termo de Referência.

8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1 A locação de ambulâncias por meio de Registro de Preços é a solução mais adequada, pois permite atendimento imediato em eventos de diferentes portes; evita fracionamento de despesas e assegura economicidade; garante segurança jurídica e cumprimento das legislações sanitárias e esportivas e viabiliza a realização dos eventos sem riscos à saúde dos participantes e à responsabilidade civil do Município.



9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. Antes de formalizar qualquer publicidade ao pretendido edital, é essencial que a administração conduza uma análise minuciosa, submetendo-o à avaliação de órgãos de controle competentes. Destaca-se, sobretudo, o papel da Procuradoria Geral do Município, responsável por verificar a conformidade do processo com a Lei nº 14.133/2021.

9.2. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais exigências.

9.3. Os fiscais e seus respectivos substitutos deverão ser designados pela respectiva secretaria demandante, devendo ser comunicados previamente ao início do contrato. Os fiscais nomeados devem ter ciência dos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, dos Decretos Municipais nº 683/2018 e nº 4319/2023, podendo pedir auxílio para avaliação dos serviços técnicos que demandem conhecimentos técnicos específicos.

9.4. Todas as publicidades relativas ao processo licitatório serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10.2. Somente serão realizadas contratações futuras do mesmo objeto caso haja itens frustrados ou aqueles itens que não foram previstos nesta contratação, com vistas a atender a demanda de necessidades futuras.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. A análise dos possíveis impactos ambientais deve considerar todo o planejamento do serviço a ser contratado, buscando a melhor solução para mitigar estes impactos através do equilíbrio social, econômico e ambiental. A contratação decorrente do presente objeto exigirá dos profissionais o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação descrita, baseada na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste estudo, se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declaramos ser viável a contratação pretendida, através de sistema registro de preços para a contratação do objeto em questão.

13. ANÁLISE DE RISCO

13.1 A análise de riscos observados durante o processo de contratação visa garantir que seja possível sanar possíveis problemas encontrados durante o processo licitatório, através da identificação, avaliação e mitigação dos possíveis riscos, contribuindo para a minimização de problemas e a maximização da eficiência e qualidade do evento.

13.2. A análise de riscos levou em consideração os eventos e competições participadas e realizadas pelo Município de Paranaguá nos anos de 2023, 2024 e 2025, e histórico de eventos anteriores, bem como contratações semelhantes realizadas por outros entes públicos, para tratar eventuais erros e falhas que possam vir a acontecer no decorrer do processo.

13.3 Para cada risco identificado avaliou-se a probabilidade de ocorrência, os possíveis impactos e possíveis ações preventivas de contingência, bem como identificação dos responsáveis por ação.

13.4 A análise de riscos apresentada oferece uma visão clara dos riscos associados à presente licitação. Essa ferramenta facilita a identificação de prioridades na gestão dos riscos, permitindo um planejamento mais eficaz e ações de mitigação apropriadas. O detalhamento e análise dos riscos possível constam no documento Análise de Riscos, anexo ao processo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

14.1.O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados é a



solução mais adequada, econômica e eficiente para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude de Paranaguá. A adoção do modelo de locação por demanda, em sistema de registro de preços, proporciona maior segurança, flexibilidade e racionalidade na aplicação dos recursos públicos, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população, sendo fundamentado no art. 79, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, a qualidade dos serviços prestados e a manutenção das condições contratuais.

Paranaguá, 13 de outubro de 2025

Os respectivos Secretários Municipais que aderiram ao presente procedimento assinam digitalmente o presente documento. Ficando evidenciada na última página as assinaturas devidas.

- 1.O Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) estão presentes no Anexos II e I respectivamente ou ainda no Portal da Transparência do Município de Paranaguá www.paranagua.pr.gov.br
2. Segundo entendimento exarado pelo TCU, a publicação do Estudo Técnico Preliminar não é obrigatória. ***TCU, Acórdão nº 2.273/2024, do Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 23.10.2024***



ANEXO III

Quantidade por Secretaria e Secretarias participantes

Quantitativo dos itens por Secretaria:

LOTE 01				
ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	SESPOR	SECULTUR
1	HORA	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	1.000	900
2	HORA	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO (TIPO D), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	400	300
3	HORA	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), SEM TRIPULAÇÃO.	1	1

Secretarias Participantes

COD. DO ÓRGÃO	SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
19	SESPOR	Secretaria Municipal de Esportes e Juventude
44	SECULTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Os endereços das secretarias solicitantes podem ser acessados através do link:
<https://www.paranagua.pr.gov.br/endereco-secretarias.pdf>



ANEXO IV

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

A documentação de habilitação referida neste Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:

- a) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
- b) dispensada, total ou parcialmente, nos termos do inciso III do art. 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

No caso do item b deverá ser anexada aos autos a motivação visando demonstrar a adequação para a dispensa total ou parcial de documentos de habilitação, considerando que tal opção poderá impactar na aferição da aptidão dos futuros licitantes.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,00 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,00 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a (1,00) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas **deverão apresentar os índices já calculados**, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de XX% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Obrigatoriedade da apresentação da declaração de prévio conhecimento dos locais da prestação de serviços;

1.5.2 Deverá a empresa apresentar declaração de disponibilidade de veículos para fornecimento do serviço. (Disponibilidade de no mínimo 2 (dois) veículos para cada item apresentado na tabela de quantitativos e especificações técnicas);

1.5.3 Apresentar 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s). O Atestado de Capacidade Técnica deve conter: Nome e endereço completo do órgão emitente; Nome e assinatura do responsável pelas informações, que comprove que o profissional/empresa prestou ou presta serviços pertinentes e compatíveis em característica operacional, cuja capacidade será considerada como apta quando comprovada a prestação de serviços de ao menos 50% dos quantitativos estabelecidos, nos termos do §2º do artigo 67 da Lei n.º 14.133/2021, buscando assegurar uma contratação que atende o interesse público, sem prejudicar a competitividade. Esta comprovação poderá ser realizada por mais de um atestado de capacidade técnica;

1.5.4 Comprovação sobre a posse, cessão, locação, mutuo do veículo ofertado para a prestação dos serviços durante a vigência do contrato, através de documento de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), de Contrato registrado em cartório de títulos e documentos de Locação, Mutuo e/ou de Leasing com validade compatível com o período contratual;



1.5.5 Comprovantes de quitação do Seguro DPVAT, atualizado e válido;

1.5.6 Apólice emitida por seguradora brasileira e autorizada a funcionar no Brasil para seguro contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos materiais e morais, danos corporais a terceiros, lucros cessantes, todos, abrangendo terceiros e inclusive a contratada, Responsabilidade civil de empresas de transporte Coletivo de passageiros e terceiros, valor de deverá ser de no mínimo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) contra acidentes pessoais por morte, cobertura de no mínimo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), contra acidentes pessoais por invalidez, cobertura de no mínimo R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para despesas com assistência médica suplementar;

1.5.7 Licença Sanitária da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária do Município (do domicílio ou sede do licitante), renovada anualmente, dentro de seu prazo de validade. Não será aceito protocolo de renovação.

1.5.8 Deverá ser apresentado cópia do Registro, vigente, da LICITANTE e do MÉDICO (A) RESPONSÁVEL TÉCNICO - junto ao Conselho Regional de Medicina da sede da licitante, quando necessário.

1.5.9 A licitante deverá comprovar, quando da assinatura da Ata de Registro de Preço, o vínculo empregatício com o responsável técnico citado no item 1.5.4, através da apresentação de cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), da ficha de registro de empregados e/ou contrato de prestação de serviços (no caso ser sócio ou acionista da empresa, não é necessário apresentar comprovação de vínculo, o que se dará pelo próprio contrato social); quando necessário.

1.5.10 Registros dos Responsáveis Técnicos da Empresa junto ao respectivo Conselho Regional de Classe do Estado sede da Empresa, nos termos da Resolução SESA nº 358/2015: CRM - Conselho Regional de Medicina; COREN - Conselho Regional de Enfermagem; CRF - Conselho Regional de Farmácia.

1.6 Declaração de inexistência de fato impeditivo, não utilização de mão de obra de menores, declaração de atendimento à logística reversa dos produtos e declaração de reserva de cargos (Anexo VIII).

1.7 Comprovante da condição de ME ou EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, conforme modelo constante do **ANEXO XIV**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Municipal n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



1.9 Na hipótese constante do item 1.7.1, as Microempresas - ME, as Empresas de Pequeno Porte - EPP e os Microempreendedores Individuais – MEI, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela Matriz, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ANEXO V

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta corrente:	

Constitui objeto desta licitação: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados, para atender os eventos das Secretarias Municipais requisitantes.**

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XX,
pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXX
XX,, portador da Carteira de Identidade n.º
XXXXXXXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua
XX, n.º XXXXX, Cidade
XXXXXXXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XX,
portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a)
XX, n.º XXXXX,
Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais
poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 028/2026 – Registro de Preços nº
020/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos
de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao
fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DE REGRAS CONTIDAS NO EDITAL

(timbre ou identificação do licitante)

XX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Que sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.



DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Ou

() Não se aplica ou não se enquadra neste item 5.

6. DECLARAÇÃO LGPD

Que para os fins deste, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VIII

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

COD. ÓRGÃO	SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
19	SESPOR	Secretaria Municipal de Esportes e Juventude
44	SECULTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Os endereços das Secretarias podem ser consultados no sítio oficial do município de Paranaguá:
<https://www.paranagua.pr.gov.br/endereco-secretarias.pdf>



ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 028/2026 – RP N.º 020/2026	PROTOCOLO N.º 76.316/2025
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 028/2026 – Registro de Preços nº 020/2026, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados, para atender os eventos das Secretarias Municipais requisitantes**, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes, nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados, para atender os eventos das Secretarias Municipais requisitantes**, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

COD. DO ÓRGÃO	SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
19	SESPOR	Secretaria Municipal de Esportes e Juventude
44	SECULTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1 Registram-se o(s) preço(s) do(s) serviço(s) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote/Item	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 1						

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA



3.1 Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

3.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 12 (doze) meses desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1 for liberado;

6.1.2 descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4 sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5 não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;



7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 4.319/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1 Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2 responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3 manter as condições de habilitação;

9.1.4 manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1 tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2 emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

11. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 4.319/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA



Protocolo nº: 76.316/2025

Pregão Eletrônico nº: 028/2026

Registro de Preços nº: 020/2026

12. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 4.319/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do estado Paraná, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto n.º 4.319/2023.

14.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal oficial do município www.paranagua.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15. O Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Registro de Preços nº 020/2026 é realizado pelo Pregoeiro(a) Andrey Rocha dos Santos, designado pelo Decreto n.º 1203/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/09/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Nome do Secretário(a)

Secretário(a) Municipal de XXXXXXXXXXXX

Andrey Rocha dos Santos

Pregoeiro

Designado pelo Decreto n.º 1203/2025 publicado
no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na data
de 08/09/2025



FORNECEDORES

ITEM	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	2.º		
03	3.º		



ANEXO X

**MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA**

PROCESSO LICITATÓRIO: PE 028/2026 - RP 020/2026

PROTOCOLO 76.316/2025

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XXXXXX	XXXXXX	
X	R\$ XXXXXX	XXXXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XXXXXX	XXXXXX	
X	R\$ XXXXXX	XXXXXX	



ANEXO XI

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.017.458/0001-15, neste ato representado pelo(s) Secretário(s) Municipais que abaixo infra-assina(m).

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 4.319/2023; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 028/2026 – Registro de Preços nº 020/2026 (protocolo n.º 76.316/2025) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados, para atender os eventos das Secretarias Municipais requisitantes.

ITEM	COD. DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	64916	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.	HORA	1900	R\$ 236,43	R\$ 449.217,00
2	64917	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO (TIPO D), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.	HORA	700	R\$ 365,71	R\$ 255.997,00
3	64958	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), SEM TRIPULAÇÃO.	MENSAL	2	R\$ 13.870,14	R\$ 27.740,28
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 14.472,28	R\$ 732.954,28

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 028/2026 – Registro de Preços nº 020/2026, objeto do processo administrativo n.º 76.316/2025, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial dos Municípios n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os serviços deverão ser fornecidos, conforme descrito no Termo de Referência.



4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de **R\$ 732.954,28 (setecentos e trinta e dois mil novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos)**.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE

5.1 Os preços contratados serão reajustados após o transcurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, na forma do art. 5º da Lei 10.192/2001, utilizando-se o IPCA/IBGE como índice de atualização, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 4.319/2023.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 4.319/2023.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues na secretaria solicitante, nos endereços constantes do Anexo VIII, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 15 (quinze) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:



8.1 As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Referência Dotação	Órgão	Elemento	Vínculo	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Ação
1201	19	3339039	1.000	1	27	122	13	2190
1613	44	3339039	1.000	1	23	695	5	2322

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de __/__/__ a __/__/__, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e art.299 do Decreto Municipal 4.319/2023.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11. adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.11.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;



10.1.11.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.11.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.11.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente de sua titularidade.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.



11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso a multa não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Para o presente certame, conforme facultado pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021, dada a natureza do objeto fornecido, sua baixa complexidade, o baixo risco associado e o fato da entrega do bem ser imediata, o que configura o atendimento ao cumprimento da obrigação, conforme descrito no Art. 95, §2º da Lei 14.133/21, **não será exigida garantia de execução.**

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS

13.1 Não serão exigidas Garantias contratuais previstas no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o pagamento dos valores devidos ao contratado fica condicionado à comprovação de efetiva prestação dos serviços.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 4.319/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal 4.319/2023;

14.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal 4.319/2023.

14.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.



14.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 4.319/2023, e na Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 4.319/2023.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas através de termo aditivo ao contrato.

16.5 Não será admitida a subcontratação do fornecimento, excetuando-se os serviços de instalação e montagem dos móveis quando necessário.

16.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.



17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Municipal n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Municipal n.º 6.474, de 2020.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 4.319/2023 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência (Licitações e Contratos).

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Paranaguá – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – PR

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá–PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)
Nome da Empresa CNPJ: _____



ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º INCISO XXXIII

Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)
Nome da Empresa CNPJ: _____

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.



ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA,
EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como
Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006,
em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei
Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais
defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja
declarada vencedora do certame.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)
Nome da Empresa CNPJ: _____



ANEXO XV

RELAÇÃO DOS ITENS E DO LOTE CONFORME CADASTRADO NO SISTEMA COMPRASGOV

98229 - PREFEITURA DE PARANAGUÁ - PR

987745 - MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 – Remoção de Enfermo / Uti Móvel

Descrição Detalhada: Remoção de Enfermo / Uti Móvel - LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. UNIDADE: HORA, LOTE 01.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1900

Quantidade Mínima Cotada: 1900

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Unitário (R\$): 236,43

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Quantidade Máxima para Adesões: 0

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Paranaguá/PR (1900)

Grupo: G1

2 – Remoção de Enfermo / Uti Móvel

Descrição Detalhada: Remoção de Enfermo / Uti Móvel - LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO (TIPO D), COM TRIPULAÇÃO HABILITADA PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. UNIDADE: HORA, LOTE 01.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 700

Quantidade Mínima Cotada: 700

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Unitário (R\$): 365,71

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Quantidade Máxima para Adesões: 0

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE -
SESPOR

Protocolo nº: 76.316/2025

Pregão Eletrônico nº: 028/2026

Registro de Preços nº: 020/2026

Local de Entrega (Quantidade): Paranaguá/PR (700)

Grupo: G1

3 – Remoção de Enfermo / Uti Móvel

Descrição Detalhada: Remoção de Enfermo / Uti Móvel - LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), SEM TRIPULAÇÃO. UNIDADE: MENSAL, LOTE 01.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 2

Quantidade Mínima Cotada: 2

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Unitário (R\$): 13.870,14

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Quantidade Máxima para Adesões: 0

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Paranaguá/PR (2)

Grupo: G1

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Remoção de Enfermo / Uti Móvel	1900	UNIDADE
2	Remoção de Enfermo / Uti Móvel	700	UNIDADE
3	Remoção de Enfermo / Uti Móvel	2	UNIDADE